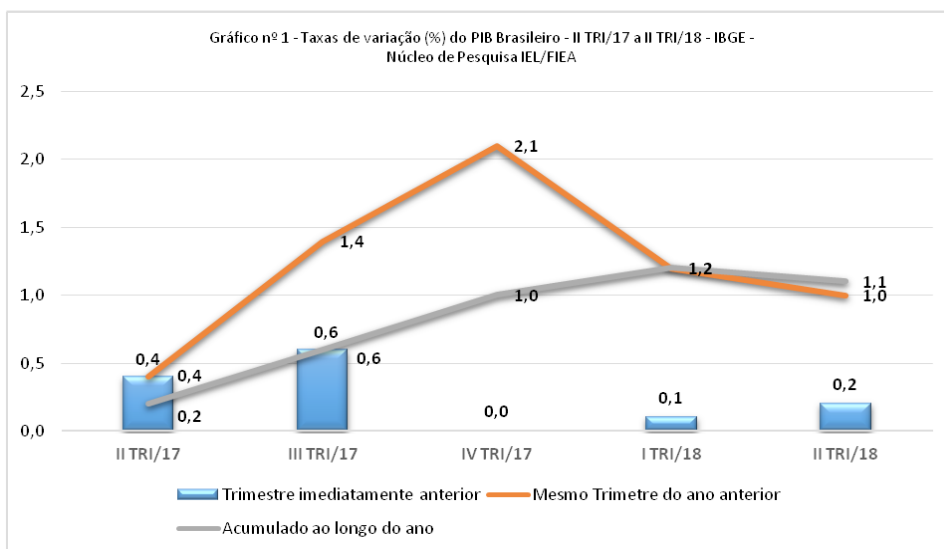




## SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL FIEA

### O PIB NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2018

O comportamento da economia brasileira no segundo trimestre de 2018 foi de crescimento débil na margem e de desaceleração no acumulado do ano e quando comparado a igual período do ano anterior, como pode ser observado no gráfico nº 1. Tal trajetória reforça as expectativas do mercado de crescimento um pouco acima de 1,0% este ano, o que acentua o quadro de incerteza quanto ao fôlego da retomada. Não há dúvida que a greve dos caminhoneiros contribuiu para este desempenho pouco satisfatório, mas no sentido de acentuar um quadro de crescimento frágil observado desde o início do ano. Analisando o resultado do PIB do segundo trimestre pela ótica da demanda, observa-se que, com exceção dos gastos públicos que cresceram 0,5% em relação ao trimestre imediatamente anterior, houve queda expressiva do consumo das famílias, que passou de 1,2% no ITRI/18 para 0,1% no IITRI/18, nos investimentos, de 0,9% para -1,8%, das exportações, de 2,0% para -5,5%, e importações, de -1,5% para -2,5%. Ou seja, estes números denotam um quadro de enfraquecimento da demanda em função do ainda elevado nível de desemprego, mais de treze milhões de pessoas desempregadas; racionamento de crédito e taxas de juros na ponta para as empresas e famílias ainda muito elevadas; confiança dos empresários e consumidores abaixo de seus níveis históricos, segundo as pesquisas da CNI; riscos externos e internos em ascensão devido, de um lado, as tensões comerciais entre EUA e China assim como as crises cambiais na Argentina e Turquia e, de outro, as incertezas quanto aos resultados das eleições de outubro e a continuidade ou não das reformas estruturais de consolidação fiscal. Na ótica da oferta, o setor que vem em uma trajetória de desaceleração na margem desde o terceiro trimestre de



2017 é o industrial, saindo de uma taxa de crescimento de 0,9% no IIITRI/17 para -0,6% no IITRI/18. A agropecuária ensaiou uma recuperação no ITRI/18 com taxa de 1,3% de crescimento, mas voltou a zero no IITRI/18. Serviços, que tem o maior peso na composição do PIB, vem mantendo crescimento próximo a zero desde o IIITRI/17. A desaceleração da economia brasileira é preocupante um vez que os índices de consumo das famílias, investimentos e gastos do governo ainda se encontram abaixo (-4,66%; -23,71% e -2,12%, respectivamente) dos níveis registrados no segundo trimestre de 2014 quando, segundo a FGV, tem início a recessão que durou até o final de 2016. O mesmo ocorre do ponto de vista setorial para os casos da indústria, -8,41%, e serviços, -3,3%, uma vez que a agropecuária está 12,82% acima do índice registrado em IITRI/14. Tal dinâmica econômica caso não seja revertida pode vir a configurar um quadro de

estagnação econômica com consequências negativas para as expectativas empresariais. As expectativas do mercado para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central, no mês de setembro, é de manutenção da taxa selic no atual patamar de 6,5%aa até o final de 2018, desde que o balanço de riscos não afete as expectativas de inflação. A mediana das expectativas do mercado financeiro para o crescimento do PIB neste ano continua sendo revista para baixo, saindo de 1,5%aa em julho para 1,36%aa em setembro. O mesmo ocorrendo em relação ao IPCA, que passa de 4,17%aa para 4,09%aa neste período. Este cenário benigno, do ponto de vista da inflação, levaria o BCB a manter a taxa selic real no patamar que estimularia a atividade econômica uma vez que se encontra hoje em 2,50%aa, abaixo da taxa real de longo prazo cujo valor estimado pelo mercado é de 4,0%aa.

### REAL VOLTA A SE DEPRECIAR FRENTE AO DÓLAR

Todavia, existem alguns complicadores que podem levar o BCB a começar o ciclo de alta da selic ainda em 2018. O principal deles é que o real continua se depreciando frente ao dólar, o que pode contaminar as expectativas de inflação e levar o BCB a elevar a selic para combater os efeitos secundários sobre a taxa de inflação do choque cambial. Não é sem razão que na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) o BCB decidiu não sinalizar sobre os seus próximos passos, uma vez que “diante do maior nível de incerteza da atual conjuntura, é importante que o colegiado tenha flexibilidade para conduzir a política monetária”. Ademais, o aumento dos riscos externos e internos tem pressionado para cima o

risco país, que saltou de 226 em janeiro deste ano para 306 em agosto, o que pode precipitar o início do ciclo de alta da selic, principalmente em um contexto de maior instabilidade em nível internacional, tensão comercial entre EUA e China e alguns países em crise cambial, como são os casos de Argentina e Turquia; assim como doméstico, em função da incerteza política e de seus desdobramentos econômicos. As curvas de juros de mercado, principalmente o swap Pre-DI de 360 dias, que sinalizam a tendência do custo do dinheiro para as empresas, tem subido forte nos últimos meses o que também pressiona a gestão da política monetária e pode levar o BCB a aumentar a selic. A maioria dos economistas continua apostando que aumento na Selic só

ocorrerá a partir de 2019, apesar de reconhecerem que os riscos têm aumentado a probabilidade de alta da selic ainda este ano, principalmente os decorrentes dos efeitos das incertezas políticas sobre a taxa de câmbio. O mercado continua apostando na seguinte sinalização dada pelo BCB na última ata do COPOM: “Todos concordaram que o grau de estímulo adequado depende das condições da conjuntura, em particular, das expectativas de inflação, da capacidade ociosa na economia, do balanço de riscos e das projeções de inflação”. A questão a saber é: até quando o fraco desempenho da economia continuará contrabalançando os demais riscos?

# A PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA EM JULHO DE 2018

O desempenho da indústria brasileira em julho de 2018 apresentou, no levantamento com ajuste sazonal, queda de - 0,2%. Na comparação com o mesmo mês em 2017 a indústria registrou aumento de 4,4%. De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (IEDI), “passados os efeitos mais diretos da greve dos caminhoneiros, que causaram forte oscilação da produção no bimestre maio-junho, o setor industrial não conseguiu dar nenhum passo adiante em sua reativação no mês de julho. A segunda metade de 2018 começou no vermelho: -0,2% frente a junho, com ajuste sazonal. Em julho, o declínio da produção total foi acompanhado por 10 dos 26 ramos industriais e por 8 das 15 localidades acompanhadas pelo IBGE. Em outras palavras, embora não tenha sido intensa a queda do começo do semestre não foi produto de fatores isolados, pois atingiu um número grande de setores e regiões. Dentre seus macrossetores, a perda mais intensa ficou a cargo de bens de capital (-6,2% ante jun/18, com ajuste sazonal), cujo desempenho pode estar refletindo a deterioração das expectativas



vindas do cenário político, mas também do próprio ritmo de recuperação da indústria, que tem deixado muito a desejar”.

Ainda segundo o IEDI, “o nível de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação, de acordo com a série da FGV com ajustes sazonais, foi de 75,7% em julho de 2018, 0,5 p.p. menor do que o patamar de maio. O atual nível de utilização continua inferior à média histórica do próprio indicador (80,3%). Já o indicador da CNI ficou em 77,3% em julho de 2018, já descontados os efeitos sazonais, nível superior ao de maio (75,9%),

mas ainda razoavelmente abaixo daquele verificado em abril e março (78,1% e 78,2%, respectivamente). Vale lembrar que o indicador havia encerrado o ano de 2017 em 77,9%, o que significa dizer que os eventos excepcionais de maio fizeram a utilização da capacidade instalada perder tudo o que havia progredido nos primeiros meses de 2018, sem conseguir uma integral recomposição nos meses seguintes de junho e julho. Assim como no caso do indicador da FGV, a utilização da capacidade estimada pela CNI manteve-se abaixo de sua média histórica de 81,0%.”

## Variações da Produção - Julho - 2018 - %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,2	4,0	2,5	3,2
Bens de capital	-6,2	6,5	9,0	9,5
Bens intermediários	1,0	3,5	1,3	2,1
Bens de consumo	-1,2	4,6	3,5	4,2
Bens de consumo duráveis	-0,4	16,9	14,6	15,9
Semiduráveis e não Duráveis	-0,5	1,8	0,8	1,5
Extrativa Mineral	0,6	3,8	0,0	0,2
Transformação	-0,6	4,0	2,9	3,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal. Elaboração Própria.

### FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS- FIEA

#### PRESIDENTE

José Carlos Lyra de Andrade

#### 1º Vice presidente

José da Silva Nogueira Filho

#### Diretor executivo

Walter Luiz Jucá Sá

#### Gerente UNITEC

Helvio Vilas Boas

### INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL

#### Diretor Regional

José Carlos Lyra de Andrade

#### Superintendente

Helvio Vilas Boas

#### Coordenadora de Inovação e Pesquisa

Eliana Sá

#### Elaboração

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA DO IEL/AL

### EQUIPE TÉCNICA

Luciana Peixoto Santa Rita

Reynaldo Rubens Ferreira Junior

Laura Vitória Chagas Lins

Layne Mariela de Souza Santos Cordeiro

Lhara Maria Dias Magalhães

Luan Victor Ramalho de Oliveira